



## 22.<sup>a</sup> REUNIÃO DE CHEFES DE ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

### DECLARAÇÃO FINAL

(videoconferência, 21 de maio de 2021)

Nos termos acordados na Declaração Final da 21.<sup>a</sup> Reunião de Chefes de Estado-Maior-General das Forças Armadas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CEMGFA/CPLP), em abril de 2019, na Cidade da Praia, Cabo Verde, realizou-se sob a presidência da Guiné Equatorial, a 22.<sup>a</sup> Reunião dos CEMGFA/CPLP, pela primeira vez em videoconferência (Microsoft Teams), com a participação de todos os Estados-Membros.

Participaram ainda o representante do Secretariado Executivo da CPLP (SECPLP), Dr. Miguel Levy, o Diretor do Centro de Análise Estratégica (CAE) da CPLP, Capitão-de-Mar-e-Guerra Francisco Evandro Rodrigues Camelo, e a representante do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (SPAD), Cláudia Bicho.

O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas da Guiné Equatorial, General de Brigada Lucas Obama Ndong Mikue, abriu os trabalhos da reunião, saudando todas as delegações, tendo aludido ao facto da presente Reunião ter estado prevista para a cidade de Malabo, em abril de 2020, tendo a pandemia COVID-19 impossibilitado tal desiderato, felicitando ainda cada Estado-Membro da CPLP pelos esforços que está a empreender para retomar a normalidade. Em homenagem ao falecimento, no início de 2021, do seu antecessor, General Vicente Mba Asumu, pediu que fosse observado um minuto de silêncio, em sua memória e homenagem. Assinalou, ainda, os sete anos da Guiné Equatorial como Estado-Membro da CPLP no ano em que a Comunidade celebrará o 25.º aniversário, referindo que, no decurso desse tempo, a Componente da Defesa conheceu desafios, no quadro do ambiente geoestratégico internacional, com implicações no contexto regional para os Estados-Membros, nomeadamente os acontecimentos em Cabo Delgado, Moçambique, e a situação de crise global resultante da referida pandemia, tendo igualmente partilhado alguns sucessos na área da Defesa. Deu nota de que, com o Programa de Apoio à Integração da Guiné Equatorial 2020-2022,



este Estado-Membro está cada vez mais comprometido nos procedimentos institucionais da CPLP.

Concluiu, desejando sucesso à Reunião e apresentando cumprimentos ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de Cabo Verde, Major-General Anildo Emanuel da Graça Morais, pela condução da Presidência deste importante Fórum da Componente da Defesa da CPLP, desde a última reunião realizada na Cidade da Praia, no período de 10 e 11 de abril de 2019.

**Anexo A - Discurso do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas da Guiné Equatorial**

O Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de Cabo Verde, Major-General Anildo Emanuel da Graça Morais, procedeu a uma sinopse das atividades realizadas no âmbito das Forças Armadas dos Estados-Membros, caracterizada pela suspensão ou limitação de ações, desde o início de 2020, em virtude do surgimento e controlo, neste período atípico, da pandemia COVID-19, realçando a finalização dos trabalhos para a criação de um Mecanismo de Ações das Forças Armadas da CPLP para a Cooperação Mútua em Situações de Catástrofe, da realização do Exercício da série FELINO 2018/2019, em Angola, em 2019, da VI Conferência das Marinhas e das Guardas Costeiras da CPLP, em Cabo Verde, em 2020, a realização, em videoconferência, do VII Fórum de Saúde Militar, em 2021, os trabalhos ininterruptos do CAE/CPLP, que felicitou pela dinâmica, fazendo uso das tecnologias e o estabelecimento de mecanismos para troca de experiências, incluindo no âmbito da atuação dos setores da Defesa e Forças Armadas em contexto COVID-19 nos Estados-Membros da CPLP, que tem permitido acompanhar e demonstrar o esforço das Forças Armadas da Comunidade e desenvolver boas práticas, augurando que em breve se possa retomar as atividades desta Componente de forma tradicional.

O General de Brigada Lucas Obama Ndong Mikue agradeceu as palavras do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de Cabo Verde e, após renovar saudações às delegações presentes, deu início à ordem de trabalhos.

### **Aprovação da Agenda de Trabalhos**

A Agenda da Reunião foi aprovada por consenso (**Anexo B**).



## **PONTO 1. Análise da situação político-militar e das questões internacionais de Defesa e Segurança com eventuais implicações para os Estados-Membros da CPLP**

### **CAE/CPLP**

O **CMG Francisco Evandro Rodrigues Camelo** apresentou um informe sobre a situação político-estratégica no âmbito dos Estados-Membros da CPLP, incidindo a sua apresentação no conceito do “Triângulo Estratégico da CPLP” e nas principais regiões de interesse dos países da Comunidade, identificando desafios e ameaças, destacando, entre outros: África Austral, apresentando uma conjuntura política consideravelmente estável; África Central caracterizada pelos conflitos armados, com destaque para as sub-regiões dos Grandes Lagos e do Golfo da Guiné; África Ocidental, a questão da segurança enquanto fenómeno preocupante e sub-região insegura do continente africano; Europa e o processo de vacinação em curso; tensões no Sudeste asiático; América do Sul enquanto região de interesse geopolítico e geoeconómico para grandes potências.

### **Anexo C - Informe do CAE/CPLP**

#### **ANGOLA**

O **General Geraldo Abreu Muengo Ukuatchitembro “Kamorteiro”**, representante do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas Angolanas, caracterizou a situação político-militar da República de Angola como calma e estável, incluindo as fronteiras comuns, que têm vindo a melhorar significativamente, fruto das boas relações bilaterais com os países limítrofes. Relativamente à pandemia da COVID-19, as Forças Armadas encontram-se em Estado de prevenção, com principal incidência para as Unidades, Estabelecimentos e Órgãos localizados no Território da província de Luanda, onde se regista o maior número de casos. Salientou a seca severa, nos últimos anos, na Região Sul, situação idêntica vivenciada no decurso do Exercício FELINO 2018/2019, do qual Angola beneficiou, particularmente em Ajuda Humanitária às Populações carenciadas na Província do Namibe, situação que persiste até ao momento. Ao nível regional, a República de Angola assumiu a presidência rotativa da Conferência Internacional para a Região dos Grandes Lagos (CIRGL), tendo assumido também o Secretariado Executivo, bem como o Comando do Mecanismo Alargado de Verificação Conjunto dessa Organização. Nesse âmbito, Angola acolheu este ano três Cimeiras de Chefes de Estados.



Na Comunidade Económica dos Estados de Africa Central (CEEAC) assumiu a presidência da Comissão de Organização com Missão. No âmbito da SADC, fará o acompanhamento, a partir de junho, da retirada das forças militares da MONUSCO no âmbito da estratégia da retirada gradual e faseada da República Democrática do Congo.

Por último aludiu como preocupação, incluindo como reflexão no âmbito da CPLP, à situação no Norte da República de Moçambique, na província Cabo Delgado.

**Anexo D - Intervenção de Angola**

## **BRASIL**

O **Tenente-Brigadeiro do Ar Raul Botelho**, Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Brasil, enfatizou este importante fórum para a interação e o fomento da confiança entre os países da CPLP e uma oportunidade para se diligenciar projetos no campo da Defesa, representando interesses comuns de cooperação entre as Forças Armadas.

Referenciou que o Ministério da Defesa ativou o Centro de Operações Conjuntas, através do emprego das Forças Armadas no combate ao novo coronavírus, tendo sido estabelecidos dez Comandos Conjuntos, por todo o território nacional, além do Comando de Operações Aeroespaciais, todos com funcionamento permanente. Desde o início da pandemia no País, as Forças Armadas têm atuado em ações de prevenção, apoio logístico para a entrega de recursos, campanhas de doação de sangue, inspeções navais, ações de descontaminação, produção de medicamentos, fabricação de equipamentos de proteção e apoio a populações indígenas, entre outras iniciativas, mobilizando mais de trinta mil militares das três Forças. Referiu, ainda, a distribuição de mais de noventa milhões de doses das vacinas contra a COVID-19, posicionando o Brasil como o quarto país que mais vacinou sua população em números absolutos.

Evidenciou que o Brasil reconhece o Atlântico Sul, assim como a Amazônia, como espaço prioritário para os seus interesses, em virtude dos recursos vivos e não-vivos, e potencial para o comércio marítimo, no espaço marítimo sob jurisdição brasileira, e revelando-se a segurança das comunicações marítimas e as atividades económicas no Golfo da Guiné importantes, não somente para os países da região, mas também para a CPLP.

Sinalizou a participação no Grupo de Amigos do Golfo da Guiné e a procura de revitalização, pelo Brasil, da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul - ZOPACAS.



Por último, aludindo à comemoração dos vinte e cinco anos de existência da CPLP, destacou a Comunidade como importante catalisador de cooperação entre as Forças Armadas, contribuindo significativamente para o aumento da confiança, prevenção de conflitos e a consolidação da paz e da estabilidade internacional, como fonte de inspiração para outros *fora* multilaterais.

## **Anexo E - Intervenção do Brasil**

### **CABO VERDE**

O **Major-General Anildo Emanuel da Graça Morais**, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de Cabo Verde, declarou que a presente reunião decorre num contexto mundial muito peculiar e onde os desafios apresentam um carácter diferente, sendo que toda a situação política, estratégica, económica e social nos Estados-Membros e no mundo foram influenciados pela pandemia da COVID-19, aumentando disparidades, fragilizando economias já debilitadas e acutilando as desigualdades sociais, com impacto direto na segurança interna e externa.

Mencionou que o nível de vacinação em África está longe dos níveis da Europa e demais países desenvolvidos, e agradeceu a alguns países que continuam a apoiar aqueles com parcas condições, seja com equipamento, como ao nível de doação de vacinas e apoios económicos.

Ressaltou a iniciativa de comparação de experiências que tem sido coordenada pelo SPAD, com o envio de informação das ações levadas a cabo pelas Forças Armadas dos Estados-Membros, que possam servir de boas práticas e lições para todos.

Manifestou solidariedade com Moçambique, face ao duro conflito no norte do país, em Cabo Delgado, bem como com Timor-Leste, que acabou por sofrer com chuvas torrenciais nesta ocasião, o que reforça a necessidade premente de operacionalização do “Mecanismo de Ações das Forças Armadas da CPLP para a Cooperação Mútua em Situações de Catástrofe”.

Destacou que Cabo Verde, sendo um país insular, cuja economia está fortemente ligada ao turismo, sofreu impactos económicos severos ligados à pandemia, e com um aumento significativo do desemprego, bem como problemas derivados da escassez de recursos, tendo como principal desafio a captação de água para agricultura, com três anos consecutivos de secas severas que aumentam as preocupações a nível a segurança alimentar.



Apontou que prosseguem as atividades de fiscalização do extenso espaço marítimo e aéreo sob jurisdição de Cabo Verde, com destaque para as ações de segurança cooperativa com Portugal, Brasil e Estados Unidos da América, que têm revelado resultados bastante satisfatórios, uma vez que as fragilidades das Forças Armadas de Cabo Verde a este nível permanecem pela falta de meios adequados. Destacou a diversificação das competências das Forças Armadas ao nível do Apoio Militar de Emergência, de modo a acorrer em cenários diversos dos tradicionais e o facto da situação política do país continuar a ser muito estável, tendo decorrido as eleições municipais e legislativas.

#### **Anexo F - Intervenção de Cabo Verde**

##### **GUINÉ-BISSAU**

O **Tenente-General Biague Na N'Tan**, Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas da Guiné-Bissau, saudou a atual presidência do órgão e a presidência cessante, felicitou o CAE/CPLP pela dedicação e trabalho e o CEMGFA de Portugal pela recondução no cargo. Em seguida, indicou que em termos geopolíticos e geoestratégicos vários cenários têm vindo a colocar em causa a paz e a estabilidade que se querem duradouras, do ponto de vista subregional ou regional, não estando o continente africano isento de conflitos ou guerras assimétricas, afetando a segurança, paz e estabilidade em muitos países, a saber: Níger, Burkina Faso, Mali, Chade, Camarões, República Centro Africana, Líbia, Moçambique e noutras zonas, com perda de vidas humanas, danos materiais e problemas ambientais, que se repercutem em catástrofes naturais e pandemias, como a COVID-19, incluindo na Guiné-Bissau, destacando-se, assim, a relevância de se empreender mecanismos de resposta a situações de catástrofes.

Salientou que a pandemia impediu a Guiné-Bissau de organizar o Exercício FELINO em 2020 e que o país tem vivido uma situação de estabilidade, ao nível político e militar, desde as eleições de 2020. Nesse sentido, sinalizou que decorre a reabilitação de infraestruturas militares, combate ao terrorismo, formação e fiscalização marítima e formação militar, através de cooperação, que agradeceu, com Portugal, Brasil, Angola, Senegal, Marrocos, China e Rússia. Apelou, ainda e em particular, ao apoio deste fórum através de bolsas de formação (Academias, Escolas Militares, Institutos, Universidades) e no interesse em participação das Forças Armadas da Guiné-Bissau em missões de manutenção da paz.

#### **Anexo G - Intervenção de Guiné-Bissau**



## **MOÇAMBIQUE**

O **Almirante Joaquim Rivas Mangrasso**, Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, apresentou calorosas saudações e reportou que a situação política do país é estável, não obstante a instabilidade militar que se regista nas regiões Centro e Norte, caracterizada por um diálogo permanente, estando na sua fase final o processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração, parte do último acordo entre o Presidente da República e o novo líder da Renamo.

Relativamente à região Centro, destacou ataques esporádicos contra civis, bens públicos e privados e, na região Norte, na província de Cabo Delgado, assolada desde 5 de outubro de 2017, por uma instabilidade de segurança que causou cerca de 2 mil mortos e mais de 800 mil deslocados, estando a situação relativamente calma, desde o último ataque à Vila de Palma a 24 de março de 2021.

Ao nível da atividade económica, o país registou um ligeiro progresso, pese embora os efeitos negativos provocados pela pandemia do coronavírus, com implicações na queda do volume de negócios e na situação de desemprego.

Por último, assinalou que as Forças Armadas de Defesa de Moçambique têm estado a privilegiar ações de formação e treino com vista à sua profissionalização, para dar resposta a ameaças, ao nível nacional, regional e internacional, como a sua preparação para o acolhimento do Exercício de Forças Especiais da SADC, agendado para o 3.º trimestre de 2021.

**Anexo H - Intervenção de Moçambique**

## **PORTUGAL**

O **Vice-Almirante Henriques Gomes**, representante do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas de Portugal, expressou preocupação com a situação no norte de Moçambique, referindo o empenho das Forças Armadas portuguesas, no quadro da cooperação no domínio da defesa, no esforço de melhoria das capacidades das Forças Armadas de Defesa de Moçambique para a resposta a estas ações, no sentido de restaurar as condições de segurança e estabilidade.

Caracterizou o atual ambiente securitário internacional como complexo, incerto e volátil, enfatizando fontes de conflitualidade e instabilidade em várias regiões do mundo, e elencou desafios e ameaças como a exploração maliciosa da dimensão



informacional, a intensificação dos ciberataques, as catástrofes naturais, as crises sanitárias, especialmente as pandémicas, como a que se vive desde os finais de 2019, com consequências globais, e com potenciais restrições ao emprego dos instrumentos militares em resposta.

Evidenciou a necessidade de estratégias de resposta baseadas no fortalecimento dos vínculos de aliança e de cooperação nos domínios da segurança e da defesa, podendo a CPLP desempenhar um papel privilegiado no espaço estratégico comum do mundo lusófono.

Exortou, como essencial, que se continue a desenvolver a cooperação entre as Forças Armadas, através de passos concretos e atempados no sentido de melhorar a capacidade e a coordenação dos Estados-Membros e o desiderato de maior relevância na área da defesa, encorajando a que o nível militar consiga estudar, decidir e operacionalizar, em tempo oportuno, importantes projetos, como o mecanismo de resposta a catástrofes, que surgiu em 2015 e que ainda não foi aprovado, na expectativa que ocorra ainda no corrente ano.

Reafirmou o forte compromisso e envolvimento de Portugal no fortalecimento das capacidades de atuação conjunta e dos laços de cooperação, para que as Forças Armadas da CPLP possam desempenhar um papel de maior relevo em prol da segurança e bem-estar das populações.

#### **Anexo I - Intervenção de Portugal**

#### **SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

O **Brigadeiro-General Idalécio Custódio Pachire**, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe, iniciou a sua intervenção reportando que a situação interna é calma e estável, com alguns focos de manifestação em virtude de crise energética.

Referiu que as Forças Armadas tiveram um papel preponderante no início e durante a fase pandémica, estando a situação controlada, com o processo de vacinação da população a decorrer e a maioria dos elementos das Forças Armadas abrangidos, tendo expressado agradecimento ao seu homólogo de Portugal pelo apoio às Forças Armadas em materiais, assim como na reabilitação do Centro de Saúde Militar.

Informou que está agendada para o dia 18 de julho de 2021 a realização das eleições presidenciais, com total de 16 pré-candidatos até ao momento.





Evidenciou a visita à Guiné-Bissau do Presidente da República, Evaristo de Carvalho. Sublinhou o apoio de Portugal através do Navio de Guerra "Zaire", que tem efetuado ações de fiscalização marítima e ações de Busca e Salvamento, bem como a presença de Navios de Guerra de outros países, como Itália, França, Espanha, entre outros. Felicitou, por último, Cabo-Verde pelos trabalhos desenvolvidos numa fase complexa e a Guiné Equatorial, que a partir deste dia assume a presidência do órgão.

**Anexo J - Intervenção de São Tomé e Príncipe**

### **TIMOR-LESTE**

O **Major-General Lere Anan Timur**, Chefe do Estado-Maior General das FALINTIL - Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL), realçou a integração e a harmonia como princípios entre as Forças Armadas dos Estados-Membros, tendo endereçado uma palavra de esperança e de solidariedade ao Povo Moçambicano, ao seu Governo e às suas Forças Armadas, para que a normalidade e estabilidade se restabeleça, o mais breve possível, no norte de Moçambique e que a situação se possa resolver com base no diálogo, à semelhança dos acontecimentos mais complexos vividos em Timor-Leste em 2006.

Recordou que Timor-Leste foi o primeiro país independente do século XXI, numa região caracterizada pela competição, pela vontade de afirmação de potências regionais, por disputas territoriais, corrida aos armamentos e existência de importantes grupos ligados ao terrorismo islâmico. As preocupações de segurança partilhadas estão, sobretudo, relacionadas com ameaças na área marítima.

Destacou os interesses comuns quanto à defesa e segurança regional e local com a Austrália, incluindo a realização de exercícios e operações combinadas, e a melhoria de relações com a Indonésia, especialmente ao nível da formação e treino e da participação em exercícios bilaterais, bem como da adoção de uma diplomacia de reconciliação, com aspetos a carecer de resolução, como a delimitação da fronteira terrestre que une os dois países.

Assinalou que foi aprovada, pela primeira vez, em 2020, documentação e doutrina estruturante e estratégica de defesa militar, estando a ser realizados estudos para a elaboração da primeira lei de Programação Militar.

Enunciou, posteriormente, cenários de atuação das Forças centrados na Defesa militar do território nacional contra qualquer agressão ou ameaça externa; Vigilância e controlo do território nacional; Participação em missões de paz e humanitárias; Intervenção no



âmbito do Sistema Integrado de Segurança Nacional. Relativamente a este último, indicou que a pandemia do novo coronavírus veio colocar novos desafios às F-FDTL na sua participação conjunta com as forças de segurança, nomeadamente no controlo das fronteiras terrestres, com resultados positivos.

Evidenciou que também as cheias de 2020 e as últimas de abril de 2021 reforçaram a necessidade do emprego das F-FDTL no apoio às estruturas da proteção civil e necessidade de apoio dos países amigos da CPLP nas áreas da doutrina, da formação e do treino.

Destacou a formação prevista para o ingresso no Quadro Permanente de militares das várias Componentes e Unidades, a ter lugar em breve, que garantirá formação interna e externa, em países amigos, com particular destaque a que é ministrada em Portugal.

Reafirmou que as F-FDTL continuam a pretender participar, integradas em contingentes de outros países ou isoladamente, em operações da CPLP ou das Nações Unidas.

Para concluir, sublinhou que os timorenses se revêm e confiam nas suas Forças de Defesa, nos seus valores e princípios e no seu desempenho na defesa da soberania.

**Anexo K - Intervenção de Timor-Leste**

## **GUINÉ EQUATORIAL**

O **General de Brigada Lucas Obama Ndong Mikue**, Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas da Guiné Equatorial, assinalou a pirataria como problema global que afeta várias nações da sub-região em que está localizado o seu país, tendo nos últimos anos o Golfo da Guiné sido palco desses ataques, na sua maioria procedentes do Delta do Níger, constituindo-se a Marinha da Guiné Equatorial um ator chave face aos problemas de insegurança, pirataria e tráfico ilegal que ali ocorrem.

Reportou que em fevereiro deste ano, o sequestro de um navio da empresa TOTAL GE provocou um racionamento temporário no fornecimento de combustível no País.

Destacou terem os Estados Unidos da América oferecido à Guiné Equatorial uma aeronave para missões de vigilância e resgate para os países do Golfo da Guiné, no âmbito do combate à pirataria marítima.

Sublinhou que se mantém, também, a necessidade de reforçar a cooperação entre a União Europeia e África em matéria de Defesa e Segurança, com maior destaque para a zona do Golfo da Guiné.



Relativamente à crise pandémica, destacou que além de envolver todos os recursos disponíveis na área da Saúde, tem implicado a estreita cooperação das Forças Armadas, que têm trabalhado em toda a linha para minimizar os efeitos da pandemia, através da informação, da prevenção, do transporte de mercadorias, desempenhando um papel fundamental no esforço de contenção dos surtos da doença.

Acrescentou que, em adição a esta crise, ocorreu em 7 de março de 2021 um acidente na cidade de Bata, com a explosão de munições militares no Quartel de Nkoantoma, reconhecendo a ação solidária das Forças Armadas de Países amigos.

Por último, enalteceu a realização da Primeira Cimeira de Negócios da CE-CPLP em Malabo, que contou com participantes de todos os Estados-Membros.

**Anexo L - Intervenção da Guiné Equatorial**

## **PONTO 2. Mecanismo de Resposta da CPLP a Situações de Catástrofes**

O Contra-Almirante Carlos Augusto Chaves Leal Silva representou, a partir deste ponto, o Tenente-Brigadeiro do Ar Raul Botelho, em virtude de outro imperativo de serviço.

Foi efetuada apresentação pelo CMG Walter Marinho Sobrinho, coordenador do Grupo de Trabalho, que agradeceu a cooperação dos Estados-Membros no âmbito da proposta de Mecanismo de Ações das Forças Armadas da CPLP para a Cooperação Mútua em Situações de Catástrofe, referenciando o empenho do Brasil junto do Grupo de Trabalho criado desde 2019, não tendo, nos prazos delineados, rececionado sugestões de aperfeiçoamento ao documento. Em síntese apresentou as atribuições, questões de operacionalização e desafios associados a este processo, que pretende a promoção de ações coordenadas, com fluxos e procedimentos de gestão definidos, baseado nos seguintes princípios fundamentais: por solicitação do país afetado, em situação de urgência; prestação voluntária de apoio; coordenação sempre do país afetado; militares complementam as atividades civis; neutralidade, imparcialidade e não interferência em assuntos internos; e atividades de caráter civil, humanitárias e limitadas no tempo.

Convidados os Estados-Membros a intervir, o representante do CEMGFA de Portugal reconheceu o excelente trabalho desenvolvido e coordenado pelo Brasil na preparação do documento final, sugerindo que o âmbito de interação fosse limitado à esfera da Defesa Nacional, uma vez que estaria colocada de forma mais abrangente.



O CMG Marinho retorquiu que o Mecanismo não limita o apoio à área da Defesa, deixando em aberto a possibilidade de articulação da Defesa com outras entidades neste apoio.

O representante do CEMGFA de Angola solidarizou-se com a posição do Brasil e destacou que a Assembleia Nacional aprovou recentemente lei sobre o envio de contingentes Militares ao exterior do país, aplicando-se a operações de ajuda humanitária, de apoio à paz e missões decorrentes de compromissos internacionais assumidos pelo Estado angolano.

Os CEMGFA/CPLP recomendaram o encaminhamento do documento “Mecanismo de Ações das Forças Armadas da CPLP para a Cooperação Mútua em Situações de Catástrofe” e seus anexos para aprovação em sede da XX Reunião de MDN da CPLP.

**Anexo M** - Apresentação do Brasil “Mecanismo das Forças Armadas da CPLP para a Cooperação Mútua em Situações de Catástrofe”

### **PONTO 3. Exercício FELINO**

Angola, através do Coronel Timóteo Neves, efetuou a apresentação do Relatório Final do Exercício FELINO 2018/19 (em **Anexo N**), assinalando que, na generalidade, foi cumprida a sua finalidade e plenamente atingidos os objectivos preconizados. Destacou as Forças envolvidas, incluindo observadores das Forças Armadas dos EUA e do Comité Internacional da Cruz Vermelha, e a integração dos Serviços de Saúde Militar, inclusive com assistência médica e medicamentosa às populações e deslocação à cidade de Namibe, com entrega de assistência humanitária, no Dia de Visitantes Ilustres.

Como principais lições identificadas/aprendidas salientou: a multidimensionalidade das missões assistência humanitária, com a recomendação de integração das componentes civil e policial, porquanto estes Exercícios têm sido realizados, apenas, com a componente militar; a necessidade de integração da perspectiva de género, em alinhamento e em cumprimento da Resolução 1325 do CSNU, Mulheres, Paz e Segurança, encorajando os Estados-Membros a integrarem nas suas delegações 30% de militares do sexo feminino, tendo-se registado uma reduzida participação nas estruturas do Exercício e Subunidades; a construção de doutrina, através da criação de grupo de trabalho, conduzido online, para atualização e criação de outros regulamentos para complementar as Normas existentes que regulam o processo de planeamento operacional e outros.



Os CEMGFA/CPLP saudaram o Relatório Final apresentado por Angola, considerando-o em condições de ser submetido à XX Reunião de MDN/CPLP.

O CEMGFA de Moçambique manifestou, adicionalmente, posicionamento favorável à abertura do Exercício às componentes citadas, que não em exclusivo a militar.

Procedeu-se à identificação da calendarização futura do Exercício, que a pandemia COVID-19 impediu de realizar desde 2020, tendo os CEMGFA/CPLP confirmado como planeamento a realização:

- 2022 - Guiné-Bissau, no formato Em Carta;
- 2023 - Portugal, no formato Forças no Terreno;
- 2024 - Guiné Equatorial, no formato Em Carta;
- 2025 - Brasil, no formato Forças no Terreno.

Os CEMGFA/CPLP recomendam a apresentação da presente calendarização atualizada à aprovação da XX Reunião de MDN/CPLP.

#### **PONTO 4. Reflexão conjunta sobre o reforço da cooperação entre os Estados-Membros e das respetivas capacidades nacionais no domínio das operações de paz das Nações Unidas.**

A representante do SPAD providenciou sucinto ponto de situação relativamente ao envio, no seguimento do previsto na 34.<sup>a</sup> Reunião do SPAD, de um esboço/*draft* de documento de enquadramento (em **Anexo O**), muito recentemente remetido aos Estados-Membros, como contributo para a discussão do tema e para comentários e posterior aprofundamento, tendo presente o Grupo de Trabalho criado, sob coordenação portuguesa.

O representante do CEMGFA de Angola aludiu para a importância, neste contexto, da formação de formadores em Centro de Excelência de Operações de Paz, garantindo a interoperabilidade dos Estados-Membros e reiterou a informação da recente lei que permite o envio de contingentes militares para o exterior em operações de ajuda humanitária e de apoio à paz.

O representante do CEMGFA do Brasil expressou que a minuta de documento carece de reflexão aprofundada, sugerindo que o Grupo de Trabalho constituído para este tema possa debater e reunir, aproveitando o formato virtual para o efeito.

O CEMGFA da Guiné-Bissau manifestou o interesse do seu país em cooperar com outro Estado-Membro, participando ou integrando operações de paz da ONU.



O CEMGFA da Guiné Equatorial declarou que existe participação nas operações de paz da ONU e que dispõem de ponto focal em contacto com esta Organização neste âmbito. Os CEMGFA/CPLP anuíram que o esboço de documento deverá ser trabalhado, devendo para o efeito o Grupo de Trabalho debater e reunir no sentido de consolidação de posições.

#### **PONTO 5. Colégio de Defesa da CPLP**

O representante do CEMGFA de Angola confirmou o acolhimento, por este Estado-Membro, da 3.<sup>a</sup> edição do Colégio de Defesa da CPLP, constituindo a atual pandemia um óbice à sua realização em 2021, tendo sido proposta a transferência para 2022.

Neste seguimento e alinhamento, o CEMGFA de Moçambique confirmou a intenção de acolhimento da 4.<sup>a</sup> edição, por Moçambique, em 2023.

#### **PONTO 6. Apreciação dos documentos a aprovar, ratificar ou apreciar na XX Reunião de MDN/CPLP**

No uso da palavra, o Diretor do CAE/CPLP apresentou, de forma genérica, o Relatório de Atividades e Execução Orçamental, evidenciando as iniciativas de 2019 e de 2020 e o plano de atividades previsto para 2021 e 2022 (em **Anexo P**), com destaque igualmente para os projetos em curso: o “Espaço CPLP”, a criação de biblioteca, a edificação de rede estratégica do CAE/CPLP, da presença nas redes sociais, bem como as necessidades do Centro em matéria de regularização das contribuições anuais dos Estados-Membros para o Fundo Especial e a necessidade de recursos para a biblioteca, com contribuições voluntárias até 18 de junho de 2021, tendo sido assinalada estar suprida a capacitação com um veículo orgânico, entregue em 19 de abril de 2021, pelo Ministério da Defesa de Moçambique ao CAE/CPLP.

O CEMGFA da Guiné Equatorial agradeceu a exposição do Diretor do CAE/CPLP e assinalou tomar boa nota da dívida das contribuições anuais do seu país àquele Centro, tendo solicitado o envio, pela via diplomática, de informação sobre como efetuar a respetiva regularização.

Os CEMGFA apreciaram os documentos e propostas apresentadas como pontos de agenda de 6. a. a i., recomendando o seu encaminhamento para aprovação em sede da XX Reunião de MDN da CPLP (documentos em **Anexos Q, R, S, T, U e V**).



Relativamente ao documento agendado como ponto 6. j., o representante do CEMGFA do Brasil propôs que o esboço de documento de enquadramento referente ao tema “Reflexão conjunta sobre o reforço da cooperação entre os Estados-Membros e das respetivas capacidades nacionais no domínio das operações de paz das Nações Unidas” não constasse da proposta de agenda da XX Reunião de MDN/CPLP, por necessitar de maior análise e amadurecimento pela área militar.

Esta posição foi consensualmente adotada pelos CEMGFA da CPLP.

Também o “Projeto de declaração respeitante a proposta de alinhamento da Presidência da Componente de Defesa da CPLP com a Presidência da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP (a confirmar)” mereceu proposta de retirada da agenda da reunião ministerial, apresentada pelos representantes dos CEMGFA do Brasil e de Portugal, no entendimento que se trata de tema que, não tendo sido apresentado e discutido previamente, carece de análise neste órgão. Interpelada, a representante do SPAD sinalizou que se trata de análise muito recente, que procura alinhar a Presidência da Componente de Defesa da CPLP com a Presidência da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, de forma a ganhar coerência em termos de funcionamento da CPLP, de adotar uma lógica transversal às outras áreas de cooperação setorial da Comunidade e de não dispersar a presidência pelos vários órgãos da Componente de Defesa, não obstante se pretender manter o oferecimento, por parte dos Estados-Membros para acolhimento das Reuniões.

Os CEMGFA/CPLP consideraram, por consenso, propor a não inclusão, na proposta de agenda da XX Reunião de MDN/CPLP (em **Anexo W**), do tema/proposta de alinhamento da Presidência da Componente de Defesa da CPLP com a Presidência da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em virtude de carecer de análise mais profunda naquele órgão.

#### **PONTO 7. Calendarização de atividades**

O Chefe do Estado-Maior General das FALINTIL-FDTL confirmou, na atual base rotativa, o acolhimento da 23.<sup>a</sup> Reunião de CEMGFA por Timor-Leste.



O representante do CEMGFA de Angola manifestou o acolhimento da 2.<sup>a</sup> Reunião de Diretores dos Serviços de Informações Militares da CPLP, nos dias 28 e 29 de setembro de 2021, no formato presencial, a confirmar em função da evolução da pandemia.

### **Encerramento**

O General de Brigada Lucas Obama Ndong Mikue, Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas da Guiné Equatorial, deu por encerrada a 22.<sup>a</sup> Reunião de Chefes de Estado-Maior-General das Forças Armadas da CPLP tendo agradecido a presença e colaboração dos homólogos dos Estado-Membros presentes e demais representantes, na expectativa que o próximo encontro possa decorrer de forma presencial e que, nessa ocasião, Moçambique, a quem endereçou votos solidários do Povo da Guiné Equatorial, tenha ultrapassado a complexa situação de que tem sido alvo.

Por videoconferência, aos vinte e um dias do mês de maio de dois mil e vinte e um.

O representante do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas Angolanas

General Geraldo Abreu Muengo Ukuatchitembro "Kamorteiro"  
(General)





O representante do Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Brasil

  
Carlos Augusto Chaves Leal Silva  
(Contra-Almirante)



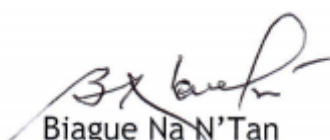
O Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de Cabo Verde

Anildo Emanuel da Graça Morais

(Major-General)



O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas da Guiné-Bissau

  
Biague Na N'Tan  
(General do Exército)



O Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas da Guiné Equatorial

**Lucas Obama Ndong Mikue**  
**(General de Brigada)**



O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas de Defesa de Moçambique

A handwritten signature in black ink, followed by a red circular official stamp. The stamp contains the text: "REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE", "ESTADO-MAIOR GENERAL", and "Joaquim Mangasse (Almirante)".



O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas Portuguesas

**António Silva Ribeiro**  
(Almirante)




O Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe

Idalécio Custódio Pachire  
(Brigadeiro-General)



O Chefe do Estado-Maior-General das FALINTIL-Forças de Defesa de Timor-Leste

  
Loro Anan Timur  
(Tenente-General)

Declaração Final da 21.ª Reunião de CEMGFA/CPLP, 21 de maio de 2021, videoconferência





## ANEXOS

- A. Discurso do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas da Guiné Equatorial
- B. Agenda e delegações da 22.ª Reunião de CEMGFA/CPLP
- C. Informe do CAE/CPLP
- D. Intervenção de Angola
- E. Intervenção do Brasil
- F. Intervenção de Cabo Verde
- G. Intervenção da Guiné-Bissau
- H. Intervenção de Moçambique
- I. Intervenção de Portugal
- J. Intervenção de São Tomé e Príncipe
- K. Intervenção de Timor-Leste
- L. Intervenção da Guiné Equatorial
- M. Apresentação do Brasil “Mecanismo das Forças Armadas da CPLP para a Cooperação Mútua em Situações de Catástrofe”
- N. Apresentação de Angola do Relatório Final do Exercício FELINO 2018/2019
- O. Esboço/*draft* de documento para “Reflexão conjunta sobre o reforço da cooperação entre os Estados-Membros e das respetivas capacidades nacionais no domínio das operações de paz das Nações Unidas” (v20Mai21)
- P. Apresentação do CAE/CPLP “Relatório de Atividades e de Contas”
- Q. Proposta de declaração respeitante à dinamização da Componente de Defesa e ponto de situação da Operacionalização da Nova Visão Estratégica (NVE) da CPLP
- R. Plano de Ação da Componente de Defesa da CPLP para implementação da Resolução 1325(2000) do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Mulheres, Paz e Segurança e proposta de declaração
- S. Documentos de gestão do CAE (Deliberações da IX e X Reuniões do Conselho Consultivo do CAE; Relatório de Atividades de 2019 e 2020 e execução orçamental de 2019 e 2020 do CAE; Plano de reajustamento de atividades para 2020 e proposta de Plano de Atividades e orçamento para 2021 do CAE; Proposta de declaração “Alteração ao Estatuto e ao Regulamento do CAE/CPLP”)
- T. Conclusões da VII Reunião do Fórum de Saúde Militar/CPLP
- U. Matriz parametrizada com informação mensal da atuação dos setores da Defesa/FFAA no combate à Covid-19 nos EM
- V. Ata da VI Conferência de Marinhas da CPLP
- W. Proposta de agenda da XX Reunião de MDN/CPLP